

RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.133 - RS (2016/0334172-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : ANELY ANNA DOTTA
RECORRIDO : AIRTON JOSE BERTAIOLLI
ADVOGADO : TIAGO GORNICKI SCHNEIDER E OUTRO(S) - RS068833

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com respaldo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região assim ementado (e-STJ fl. 229):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

- É firme na jurisprudência a orientação no sentido de que a prescrição da ação de conhecimento e a da execução são distintas, exceto no tocante ao período de cinco anos. Assim, a partir do trânsito em julgado da decisão oriunda de ação coletiva, inicia-se novo prazo quinquenal para a execução, e não o reinício do prazo anterior (único) pela metade.
- Enquanto pendente decisão definitiva sobre a possibilidade de execução coletiva do título judicial, não se pode cogitar de curso do prazo prescricional.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 250/252).

Em suas razões, a parte recorrente aponta violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, afirmando que a Corte de origem foi omissa quanto à interrupção do prazo prescricional, a qual só poderia suceder uma única vez, devendo posteriormente correr pela metade. Assevera também ter havido omissão em relação à propositura de ação cautelar de protesto interruptivo e quanto ao desmembramento do processo, que não poderia beneficiar os recorridos.

No mérito, sustenta violação dos arts. 1º, 8º e 9º do Decreto 20.910/1932 e a não observância do prazo de dois anos e meio para o exercício da pretensão executória.

Contrarrazões às e-STJ fls. 293/309.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal de origem à e-STJ fl. 359.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Feita essa anotação, passo à análise da pretensão recursal.

Superior Tribunal de Justiça

No tocante à mencionada omissão em relação à propositura de ação cautelar de protesto interruptivo e quanto ao desmembramento do processo, o qual, segundo a recorrente, não poderia beneficiar os recorridos, verifico que não houve a contextualização e muito menos a demonstração da relevância dessas questões para o resultado da demanda, o que impede o conhecimento da pretensão, à luz da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

Quanto à apontada omissão referente à interrupção do prazo prescricional, a qual, de acordo com a recorrente, só poderia suceder uma única vez, devendo posteriormente correr pela metade, observo que a Corte de origem assentou que, "a partir do trânsito em julgado da sentença oriunda de ação coletiva, iniciou-se novo prazo quinquenal para a execução, e não o reinício do prazo anterior (único) pela metade." (e-STJ fl. 225)

Nesse contexto, entendo pela ausência de violação do art. 1.022 do CPC/2015.

Cabe registrar que, consoante entendimento desta Corte, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações das partes nem tampouco a rebater um a um todos seus argumentos, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como ocorre na espécie.

Nesse sentido:

IPVA. NÃO CONFIGURADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. CERCEAMENTO DE DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO CREDOR FIDUCIÁRIO. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA COM ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO DISTRITAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. LEI LOCAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DO DISTRITO FEDERAL. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. MULTA DO ART. 1026 DO CPC/2015.

1. Inicialmente, em relação aos arts. 141 e 1022 do CPC, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente. Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

[...]

(REsp 1.671.609/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

No mérito, tampouco assiste razão à parte insurgente.

O Tribunal de origem, ao afastar a prescrição da pretensão executória, fundamentou-se nos seguintes termos (e-STJ fl. 225):

É firme na jurisprudência a orientação no sentido de que a prescrição da ação de conhecimento e a da execução são distintas, exceto no tocante ao período de cinco anos. Assim, a partir do trânsito em julgado da sentença

Superior Tribunal de Justiça

oriunda de ação coletiva, iniciou-se novo prazo quinquenal para a execução, e não o reinício do prazo anterior (único) pela metade. Nesse sentido, o enunciado da Súmula 150 do STF: 'Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação'.

A decisão final proferida na execução coletiva n.º 2007.71.00.006121-8, que definiu acerca da legitimidade do Sindicato para executar os valores oriundos da ação coletiva, ocorreu em 02/12/2010. Esta execução foi ajuizada em 12/11/2015.

Nessa perspectiva, ainda que ponderável a tese adotada pelo magistrado singular no sentido de que, a partir da decisão proferida em 02/12/2010 houve um recomeço do prazo prescricional, esta Turma já firmou entendimento no sentido de que, enquanto não decidido definitivamente sobre a possibilidade de execução coletiva do título, não se poderia exigir dos substituídos que ajuizassem execuções individuais. Dessa forma, o prazo prescricional teve início com o trânsito em julgado daquela decisão. Como a execução vinculada aos presentes embargos foi ajuizada em 12/11/2015, não há prescrição a ser reconhecida.

Verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência do STJ, segundo a qual, "enquanto houver discussão a respeito da legitimidade do sindicato para promover a execução coletiva do título executivo judicial, não flui o prazo prescricional para o ajuizamento da pretensão executória individual. Essa exegese tem por fundamento evitar a imputação de comportamento inerte ao exequente que, ante a ciência do aforamento da pretensão executória pelo ente sindical, prefere a satisfação do crédito exequendo pela via da execução coletiva" (REsp 1.343.213/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/10/2012). No mesmo sentido:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO. INDIVIDUALIZAÇÃO. LEGITIMIDADE DO SINDICATO. LIQUIDAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE EXAME NA VIA ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO. ENUNCIADO OU SÚMULA NÃO EQUIVALE A DISPOSITIVO FEDERAL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF.

1. Em recurso especial, não cabe invocar violação à norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

2. Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

3. No que se refere à alegada infringência à Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal, esta Corte firmou entendimento de que enunciado ou súmula de tribunal não equivale a dispositivo de lei federal, ficando desatendido o requisito do art. 105, III, a, da CF. Precedentes.

4. O acórdão recorrido não destoa da atual e pacífica orientação deste Superior Tribunal de Justiça firme no sentido de que o prazo prescricional para a propositura de ação executiva contra a Fazenda Pública é de cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, nos termos da Súmula 150/STF ("Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação").

5. Ainda na linha de nossa jurisprudência, "enquanto houver discussão a

Superior Tribunal de Justiça

respeito da legitimidade do sindicato para promover a execução coletiva do título executivo judicial, não flui o prazo prescricional para o ajuizamento da pretensão executória individual. Tal exegese tem por fundamento evitar a imputação de comportamento inerte ao exequente que, ante a ciência do aforamento da pretensão executória pelo ente sindical, prefere a satisfação do crédito exequendo pela via da execução coletiva" (REsp 1343213/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/10/2012, DJe 15/10/2012). Precedentes.

6. A ausência de impugnação a fundamento basilar do acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice previsto na Súmula 283/STF.

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.621.640/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018).

PPROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. ART. 1º DO DECRETO 20.910/1932. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. CINCO ANOS CONTADOS DO JULGAMENTO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC.

1. Constata-se que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado, manifestando-se de forma clara sobre a prescrição.

2. Consoante pacífica jurisprudência do STJ, o prazo para propositura de execução contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/1932 e da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal, é de cinco anos, contados do trânsito em julgado do processo de conhecimento, momento em que o título executivo se torna líquido e certo, incidindo o princípio da actio nata. Precedente: AgRg no AREsp 254.658/MS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 18/12/2012.

3. Ainda na linha da jurisprudência dessa Corte Superior, "enquanto houver discussão a respeito da legitimidade do sindicato para promover a execução coletiva do título executivo judicial, não flui o prazo prescricional para o ajuizamento da pretensão executória individual. Tal exegese tem por fundamento evitar a imputação de comportamento inerte ao exequente que, ante a ciência do aforamento da pretensão executória pelo ente sindical, prefere a satisfação do crédito exequendo pela via da execução coletiva" (REsp 1343213/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/10/2012).

4. Recurso Especial parcialmente conhecido em relação à violação do art. 1.022 do CPC e não provido.

(REsp 1.770.287/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 05/09/2019).

Incidência da Súmula 83 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator

